

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 5

Antônio Sérgio



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1983

ANTONIO SÉRGIO NA «RENASCENÇA PORTUGUESA»

O estudo da obra de António Sérgio ainda hoje padece de inúmeras lacunas. Por razões compreensíveis, de ordem teórica e até política, tem-se evitado a fase de «juventude» do autor de *Ensaio*s, designadamente o seu pensamento social e político. Todavia, o apuramento daquela fase é imprescindível para o conhecimento das fases posteriores.

O objecto do presente texto é precisamente a ideologia social e política de Sérgio, cronologicamente circunscrita aos primeiros anos da República, ou seja, aos anos que decorrem entre a implantação do novo regime e a conjuntura da crise da intervenção de Portugal na Guerra (a partir de 1914). Porém, cedo nos apercebemos que a actividade intelectual de Sérgio nos «primeiros anos da República» se cinge praticamente a 1912-1913, tendo sido escassíssima nos dois anos precedentes. Por outro lado, 1912-13 corresponde à fase em que o autor manteve relações mais íntimas com a associação cultural «Renascença Portuguesa», facto que de forma alguma se pode menosprezar.

Começamos por expor algumas notas relativas às determinantes do pensamento de Sérgio, isto é, o enquadramento estrutural e o *sistema de produção* ideológico em cujo âmbito produziu ideologia. O capítulo seguinte, consagrado à ideologia, abre com a exposição da sua atitude perante a conjuntura dos primeiros anos da República. A definição de tal atitude permite-nos melhor compreender o conteúdo do tema que a seguir se apresenta, o qual, na fase em apreço, corresponde a um dos aspectos mais relevantes da sua participação na «Renascença»: a polémica que travou, em torno da histó-

* Docente do ISCTE e Investigador.

ria de Portugal, com o «saudosismo», corrente dominante naquela associação. Essa polémica, que também elucida elementos essenciais da ideologia política sergiana, serve de introdução à última parte do texto, que consiste no seu posicionamento face ao clima de contestação da sociedade e do Estado liberais, que na altura proliferava pela Europa.

Dois motivos nos levaram a fazer determinadas incursões, para montante e para jusante de 1912-13, não se ultrapassando, contudo, o primeiro ciclo da *Seara Nova* (1921-26). Em primeiro lugar, existindo uma inevitável interacção de sentido entra a faixa de tempo por que optámos e as outras fases, não quisemos deixar de realçar alguns aspectos de tal interacção, de forma a esclarecer o lugar e o papel daquela faixa no itinerário ideológico de Sérgio. O segundo motivo é o de 1912-13 não ser bastante significativa quanto a uma das particularidades fulcrais do seu pensamento político: aquilo que designámos por «posicionamento face ao clima de contestação da sociedade e do Estado liberais». Esta última transgressão arrisca-se a tornar o texto algo híbrido, ainda que menos pobre de conteúdo.

I. DO ENQUADRAMENTO ESTRUTURAL E DA NATUREZA DO SISTEMA DE PRODUÇÃO IDEOLÓGICO DE ANTÓNIO SÉRGIO

1.1—Alguns aspectos da estrutura e da dinâmica sócio-políticas de Portugal (1890-1914)

A crise económica e financeira de 1890-91, ocorrida no âmbito de uma grave crise europeia, representou o esgotamento do tipo de desenvolvimento fontista, esgotamento expresso nas primeiras leis proteccionistas (1889 e 1892). O Ultimato inglês e a decorrente instabilidade política encadearam-se às dificuldades económicas e financeiras, provocando uma crise de características estruturais. Beneficiando do forte descontentamento das pequenas-burguesias urbanas, o partido Republicano cresceu e radicalizou-se. Quase simultaneamente, surgia a corrente «cesarista», teorizada por Oliveira Martins.

A relativa regularidade funcional do sistema político liberal, patente ao longo do período fontista, teve o seu epílogo com os governos extra-parlamentares de João Crisóstomo (1891) e de Dias Ferreira (1892), os quais mostraram eficácia bastante no desanuviamento da tensão. Porém, o regresso à normalidade constitucional (1893) não foi suficiente para desarmar a perturbação e a instabilidade políticas. Na base desta

continuidade, instalada no âmbito de uma longa depressão económica, o desajustamento do rotativismo bipartidário à nova configuração dos conflitos sociais e políticos, na sequência das alterações introduzidas na sociedade pelo desenvolvimento capitalista das décadas anteriores. Os conflitos entre as classes dirigentes (comércio de *import-export*/actividades produtivas *nacionais*, sectores agrícolas/sectores industriais, etc.) eram agravados pela crescente reivindicação de novas forças sociais (pequena-burguesia urbana, movimento operário), enquanto as forças do passado, designadamente as classes médias provincianas, reagem contra a ameaça capitalista 0).

A ditadura franquista (1907-1908), primeira tentativa séria de ajustamento do sistema político aos novos dados sociais e políticos do país, não conseguiu responder à sobrecarga de pedidos nem desarmar a tensão, que ela própria fomentara, não obstante o exercício acentuado da repressão. Posteriormente, a estratégia de tolerância e acalmação seguida por D. Manuel II falhou na sua tentativa de desarmar a crise política e quebrar a aliança da pequena-burguesia urbana e do movimento operário, aliança sob cujos golpes sucumbiria a Monarquia.

Foi sobretudo no domínio religioso que o governo provisório republicano deu mostras de radicalismo, deixando praticamente inalterada a estrutura económica e social herdada do regime deposto. O partido Republicano, com efeito, colocara-se à partida como organização inter-classista e como alternativa exclusivamente política ao Estado monárquico, tendo inclusivé retomado o precedente sistema oligárquico-clientelar. Ademais, a nova legislação eleitoral silenciou dois dos principais temas da propaganda republicana, ou seja, os círculos uninominais e o sufrágio universal.

Tal continuidade explica que se reproduzissem ao nível da sociedade e do Estado os conflitos de interesses que vinham actuando em plena Monarquia. A não satisfação das reclamações do movimento operário, dominado pelo anarco-sindicalismo, levou a um enorme surto de greves, que culminou na greve geral de Janeiro de 1912. O surto reivindicativo provocou um acentuar das divergências e conflitos entre as classes dirigentes, aos quais vieram articular-se as pressões provenientes das pequenas-burguesias republicanas e da nova elite política, assim como o insurreccionismo episódico dos sectores

C) Sobre a história económica e social deste período, ver M. Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

monárquicos restauracionistas. Em tais circunstâncias, o sistema político era incapaz de responder à sobrecarga de pedidos e de pôr em prática «um plano de vida nacional» (Ézequiel de Campos). A perturbação política manter-se-ia, com alguns momentos de tregua, até à conjuntura da Guerra mundial, a qual produziria novos e graves focos de tensão interna.

1.2 — *Alguns aspectos do sistema de produção ideológico de António Sérgio*

1.2.1 — *O ideólogo Sérgio e os meios de produção ideológica que utilizou*

António Sérgio nasceu no Estado da Índia, onde o seu pai, vice-almirante, de ascendência aristocrática, exercia elevadas funções governativas. Após instrução secundária no Colégio Militar, passou pelos bancos da Politécnica, em preparação para a Escola Naval. Concluída esta, iniciou a carreira de oficial.

Tal como outros futuros «seareiros» de formação militar (Raul Brandão e Augusto Casimiro), Sérgio sentia-se mais atraído pelas actividades do «espírito» que pela carreira das armas. Desde cedo se interessou pela obra de Antero de Quental, e, aos cerca de dezoito anos, terá dado a primeira formulação das *Notas sobre os «Sonetos» e as «Tendências Gerais da Filosofia» de Antero de Quental*, somente editadas em 1909 e precedidas de um volume de Rimas (1908). O seu pensamento filosófico já se acha fixado nestas obras, que revelam uma vocação essencialmente filosófica. Se atentarmos no facto de que a posterior derivação de Sérgio para outras disciplinas se fez, como ele disse, «sobre uma base de reflexão filosófica», então não custa admitir que em 1909 o seu pensamento *tout court* já se acha em germe. Em apoio desta afirmação, observa V. de Magalhães-Vilhena que «quer nas opiniões sociais e políticas, quer na atitude mental da problemática, quer nos resultados da reflexão filosófica, coube a Sérgio a particularidade rara... de ter podido seguir sempre o mesmo rumo de espírito» (2).

Os meios de produção de que Sérgio partiu são essencialmente aqueles que se situam na continuidade da «geração de 70» e das Conferências do Casino. Dentre estas, optou pela corrente que pretendia actualizar o liberalismo português pela

(2) V. de Magalhães-Vilhena, *Em Torno da Génese do Idealismo Filosófico de António Sérgio*, in «Homenagem a António Sérgio», Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1976.

via europeizante, «concreta» e socialista, tal como se expressara em Oliveira Martins e sobretudo Antero. Falar de Antero, seu mestre dilecto, é também solicitar Herculano, já que, diz Sérgio: «São evidentes os laços de filiação espiritual entre Antero e Herculano... São muito sensíveis as influências de Herculano nas primeiras obras de Antero, e muito idênticas as tendências morais e filosóficas dos dois escritores». Para que não restem dúvidas, afirma Sérgio que Herculano e Antero são «os nossos guias nos pesadíssimos deveres que impendem hoje à mocidade» (3). O facto de optar por aquela tradição de pensamento não significa que a utilizasse mecânica e acriticamente. Como notou, referindo-se a Antero: «Não creio... que a estrutura lógica desse discurso [*Causas da decadência dos povos peninsulares*] corresponda precisamente à realidade dos factos históricos. Por outro lado, seríamos contrários às próprias convicções do orador, se pretendessemos repetir em 913 um projecto político de 71» (4). De outro lado, também é certo que lhe ocorre idealizar a mencionada tradição intelectual, de acordo com o posicionamento que mantinha perante a conjuntura política do seu tempo. Não cabe aqui descrever aquele posicionamento, mas fique desde já assente que a exaltação de Herculano e de Antero visava indirectamente o partido Republicano e, em geral, todo o nacionalismo tradicionalista e messiânico da «geração de 90» e continuadores.

Logo após o 5 de Outubro de 1910, Sérgio tomou uma atitude grandemente polémica, sobre a qual ainda hoje se dividem os juízos: a demissão de oficial da Armada. Embora as racionalizações retrospectivas mereçam alguma suspeita, ouçamos o que ele disse, em 1938, a propósito do seu posicionamento nos derradeiros anos da Monarquia: «Ora, a minha discordância dos republicanos era do tipo anterioriano, não do tipo doutrinalmente monárquico. Quanto a mim, o que cumpria que realizássemos em Portugal era um certo número de reformas *concretas*, para melhoria económica e social do povo, continuando, *de acordo com os tempos*, a obra de um Mouzinho da Silveira; e não vi jamais na existência de um rei, ou ainda da religião católica, o obstáculo verdadeiro a tais reformas....» (5).

(3) António Sérgio, *O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares*, I.^a ed., Porto, Renascença Portuguesa, 1914, p. 38.

(4) *Idem, ibidem.*, mesma página.

(5) *Idem, Seara Nova*, n.º 588, 19/11/1938.

Por 1912, depois do insucesso da sua candidatura a um lugar de docente da Faculdade de Letras de Lisboa, iniciou as «peregrinações» pela América e pela Europa, de onde regressaria em 1916. Em 1919, após a queda do Sidonismo e a instauração da nova «República velha», voltou a partir, tendo previamente declarado a sua adesão ao regime republicano. Em inícios de 1923 regressou de novo ao país, para então integrar o corpo redactorial da *Seara Nova*.

1.2.2 — *A organização «Renascença Portuguesa»*

O embrião da «Renascença Portuguesa» foi a revista *A Águia*, lançada em Dezembro de 1910 e extinta em Julho de 1911. Fundou-a Álvaro Pinto, que estivera associado a Leonardo Coimbra e Jaime Cortesão na célebre greve académica de Coimbra (1907) e na publicação da efémera revista de conteúdo libertário *A Nova Sylva*. Ponto de reunião de intelectuais interessados em questões culturais e pedagógicas, *A Águia* contou com a colaboração de António Sérgio, resumida a dois poemas. Também nela colaboraram os futuros «seareiros» Jaime Cortesão, Augusto Casimiro e Raul Proença, além de Teixeira de Pascoais e muitos outros que não viriam a participar na *Seara*.

A Águia ressurgiu em 1 de Janeiro de 1912, agora como órgão da associação cultural portuense «Renascença Portuguesa», fundada na mesma altura. Dirigida por Teixeira de Pascoais e por António Carneiro, tendo por secretário de redacção, editor e administrador, Álvaro Pinto, esta segunda série manter-se-ia até 1925. Segundo depoimento de Cortesão, a «27 de Agosto de 1911, promovida por mim, realizava-se em Coimbra, no Choupal, uma reunião, a que compareceram, se bem me recordo, além do autor destas linhas, Teixeira de Pascoais, Leonardo Coimbra, Álvaro Pinto e Augusto Casimiro. Aí se lançaram as bases da nova organização, que se propunha dois fins essenciais: restituir Portugal à consciência dos seus valores espirituais próprios; e promover em todo o país... uma profunda acção cultural, junto de todas as camadas sociais»⁽⁶⁾.

Nos corpos gerentes da «Renascença» figuravam, entre outros, Guerra Junqueiro, Pascoais, Alfredo C. de Magalhães (Assembleia Geral), Cortesão, Antero de Figueiredo, Álvaro Pinto (Conselho de Administração), Augusto Martins e Leo-

⁽⁶⁾ Jaime Cortesão, «No 40.º aniversário da Renascença Portuguesa», *Primeiro de Janeiro*, 28/XII/1951.

«Renascença Portuguesa»

nardo Coimbra (substitutos). A associação tinha ainda *comités* em Lisboa e no Rio de Janeiro, nos quais se integravam nomes prestigiados da cultura portuguesa. Admite-se, contudo, que a «Renascença» era *de facto* dirigida pelo «triumvirato» Pascoais, Cortesão e Leonardo Coimbra.

Além da publicação de *A Águia*, a associação portuense desenvolveu uma intensa actividade editorial, coordenada por três «Bibliotecas» (Lusitana, de Educação e Infantil e Popular); organizou, a partir de Outubro-Dezembro de 1912, cursos de Universidade popular (Porto, Coimbra, Póvoa de Varzim e Vila Real); publicou o quinzenário *A Vida Portuguesa* (39 números, entre Outubro de 1912 e Novembro de 1915), que o seu director, Cortesão, definiu como «um quinzenário de inquérito à vida nacional sob o quádruplo aspecto do problema religioso, pedagógico, económico e social, tentando resolvê-lo, em harmonia com o espírito moderno, e especialmente em conformidade com as necessidades actuais, e o original espírito da Pátria Portuguesa» (7); finalmente, organizou concertos, exposições e até uma sociedade de instrução militar!

O relacionamento da «Renascença Portuguesa» com as forças e instituições «externas» é condicionado por estas forças e instituições, bem como pelos objectivos e estatuto que o grupo se impôs. Historicamente situado nas novas perspectivas republicanas que se abriam ao país, o capital significado da «Renascença» é a constituição de um núcleo de intelectuais, fundamentalmente jovens republicanos nacionalistas, que, segundo Cortesão, pretendiam dar um conteúdo renovador e fecundo à revolução republicana, reagindo simultaneamente contra o naturalismo e o positivismo e contra a crítica «demolidora» e «anti-nacional» da «geração de 70» (8). Mas, como nota Jacinto Baptista, enquanto expressão cultural elevada e ambiciosa, a «Renascença» distinguia-se da superficial e circunstancial literatura revolucionária portuguesa, e não era o reflexo, declarado e imediato, da conjuntura (9). Era decerto esta sua última faceta que em parte explica os sofisticados distanciamento e criticismo que assumiu perante o sistema político republicano, assim como a integração no seu seio de nomes que, — como os de Afonso Lopes Vieira, António Correia de Oliveira, Mário Beirão, Villa-Moura e Fer-

O *Idem*, «A Vida Portuguesa», *A Vida Portuguesa*, n.º 1, Porto, 31/X/1912.

C) *Idem*, «No 40.º aniversário...», *art. cit.*

C) Jacinto Baptista, *O Cinco de Outubro*, 2.ª ed., Lisboa, Arcádia, 1965, pp. 38-39.

nando Pessoa —, foram, no decurso da 1.^a República, nesta ou naquela fase, paladinos das tendências mais anti-democráticas. Em consequência disso, a opinião e a imprensa republicanas mostravam-se reticentes. Por exemplo, Manuel Ribeiro, futuro autor de *A Catedral*, conquanto reconhecesse o carácter patriota da «Renascença», estranhava que os seus redactores colaborassem num programa de renúncia, desprendimento e inércia ⁽¹⁰⁾.

Manuel Ribeiro visava sobretudo a expressão renascentista dominante, o «saudosismo». Coube a Pascoais definir em artigos de *A Águia* e em vários livros ^(x1) a essência do saudosismo, cujos precursores foram, em seu entender, as *Orações* de Guerra Junqueiro e os jovens poetas de *A Águia* (mais tarde também o movimento literário «Orfeu»). Opondo ao cienticismo naturalista e positivista-evolucionista a evidência subjectiva do absoluto psíquico, Pascoais definia a saudade como um sentimento e uma ideia, corolário de algo que transcende a razão e a percepção sensorial, mas que pode encontrar-se em tudo aquilo por que se aspira ou anseia nebulosamente. Ideia motriz da renascença espiritual em curso e, portanto, da renascença da sociedade portuguesa, a saudade era considerada a expressão emotiva e metafísica da «alma nacional», incarnada como «verbo Nacional» nos criadores da nacionalidade, entre eles Viriato, Afonso Henriques e Camões, e característica de uma «Raça Portuguesa» originada pela fusão ariano-semita. Perfilhando a teoria da decadência nacional, cujas causas cria serem o jesuitismo, a Inquisição, o centralismo constitucional, o pensamento francês e, em geral o estrangeirismo, Pascoais propunha uma renacionalização que em vários aspectos coincidia com as propostas de Teófilo Braga, Basílio Teles, Alberto Sampaio e, posteriormente, António Sardinha, tais como a descentralização muniepalista e o retorno às tradições agrárias, acrescentando-lhes a reivindicação de uma «Igreja Lusitana» integrada no Estado, capaz de operar, pela «Religião da Saudade», a síntese do culto semita-cristão de Jesus com o culto ariano pagão de Pã ⁽¹²⁾.

Ter-se-á notado que a reunião do Choupal, promovida por Cortesão, que esteve na origem da «Renascença», não

⁽¹⁰⁾ *Idem, ibidem., pp. 49-50.*

^(x1) **Designadamente, *O Espírito Lusitano e o Saudosismo* (1912), *O Génio Português na Sua Expressão Filosófica, Poética e Religiosa* (1913) e *A Arte de Ser Português* (1915).**

⁽¹²⁾ **Ver «Panorama Geral das Ideologias, 1910-25», in *História Ilustrada das Grandes Literaturas*, VIII, 2.º Vol.; III Sétima pt., cap. XXIX, Lisboa, Estudos Cor, pp. 23-24.**

contou com a presença de Sérgio, apesar de este haver colaborado na 1.^a série de *A Águia*. Tal ausência liga-se certamente a determinadas divergências, adiante mencionadas, que, no entanto, não impediram Sérgio de aderir à associação nem de participar nas suas iniciativas. Além de membro do *Comité* de Lisboa, dirigia a Biblioteca de Educação (edições) e colaborou assiduamente em *A Águia* e *A Vida Portuguesa*. Observe-se ainda que foi nestas revistas ou nas edições *Renascença Portuguesa* que publicou em primeira mão a maioria dos seus trabalhos mais importantes da década de 1910.

Enquanto espaço de polémicas vivas e frutuosas, a *organização* renascentista influenciou certamente a produção ideológica dos respectivos membros. Todavia, o seu carácter de grupo «não imposto» e mesmo de grupo «periodicamente reunido», para utilizar a conceptualização de Gurvitch, deixa antever que aquela influência não seria de molde a alterar grandemente as posições dos seus elementos intelectualmente mais articulados. Cremos que assim sucedeu com Sérgio, embora a passagem deste pela «*Renascença*» tenha suscitado um aprofundamento e uma diversificação das suas problemáticas.

II. A IDEOLOGIA DE ANTÓNIO SÉRGIO

2.1 — *Um liberalismo «independente»*

Para Sérgio, o passado deve ser função do presente: «Criemos nós um ideal presente, pelo estudo do presente: depois aparecerão os historiadores a demonstrar-lhe o direito histórico». Em vez do interesse pelas tradições históricas, propõe o «interesse pelos problemas de hoje, e o desejo de intervir esclarecidamente na causa pública»⁽¹³⁾. Ora, aquilo que para Sérgio é uma norma, é para nós um facto: as interpretações do passado dependem do ideólogo do presente e das condições sociais e ideológicas que o enquadram. Deste modo, antes de abordarmos as polémicas que se travaram no seio da «*Renascença*», em torno da história de Portugal, indagaremos o seu posicionamento perante a situação social e política dos primeiros anos da República.

⁽¹³⁾ A. Sérgio, «Variações do amigo Banana, amador de estudos históricos, sobre Inquisição e Humanismo; divulgadas para entretem dos ociosos por um seu familiar indiscreto, e também amador dos ditos estudos», *A Vida Portuguesa*, n.º 4, 15/XII/1912.

É natural que Sérgio, — de ascendência e formação monárquicas, influenciado na juventude pelas leituras de Antero e da «geração de 70», confrontado com a crise e a ineficácia do sistema político republicano, as quais pareciam confirmar a justeza das suas anteriores opções sobre o republicanismo dos tempos da propaganda, — comentasse desfavoravelmente o novo regime. Nos primeiros anos desse regime, o seu criticismo encontra-se subjacente na discussão de conceitos e valores determinados, na análise de certo tipo de práticas e instituições, genericamente tratadas, e no adiantar de alguns projectos de reforma. Em geral, existe uma diferença substancial entre as suas análises políticas e as de outros democratas independentes. Um Proença ou um Cortesão faziam normalmente acompanhar as suas críticas, ao republicanismo no poder, de uma nítida demarcação relativamente aos monárquicos e à Monarquia, bem como ao «perigo clerical»; demonstravam uma inequívoca adesão aos princípios e instituições republicanos; faziam uma apreciação positiva de certos aspectos políticos e morais do poder instituído; chegaram até a mostrar uma relativa benevolência para com os erros e as carências do regime, argumentando com a juventude deste e com a pesada herança legada pela Monarquia. Ora, os artigos de Sérgio jamais integram tais efeitos compensadores, susceptíveis de fazer esquecer a sua anterior indiferença perante a questão do regime. Decerto que a realização das reformas «concretas» não a considerava incompatível com o regime vigente, nem tão-pouco o indisporia o facto de este regime vir a beneficiar de tal realização. A verdade, porém, é que se nota nos seus textos da época uma descrença praticamente total face à capacidade ou predisposição do sistema político e dos mentores republicanos para aceitarem e executarem as ideias reformadoras.

No plano social e económico, Sérgio denunciava o «parasitismo» actual, designadamente a «sugadeira das colónias e o parasitismo do emprego público», ao qual associava aquele «vício» do português que seria o seu carácter de «comunitário de estado», — «vivendo acostado ao grupo, pedindo-lhe tudo, sem largo espírito de iniciativa, sem a sã capacidade de autonomia da vontade». Por outro lado, o parasitismo nacional era considerado a causa e o efeito do «problema dos problemas»: a educação, familiar, escolar e social. Se, na família, a criança tinha por pai «um portuguêsinho valente com todos os defeitos que acabámos de lamentar», no liceu deparava-se-lhe um «universo abstracto», livresco, desligado do

mundo real, mas inculcador da «sociedade exangue do emprego público» — a escola «fazedora de bacharéis»⁽¹⁴⁾.

Se tal era a análise da situação presente, o programa resumia-se, nesta fase, a algumas indicações genéricas e vagas, fundamentalmente extraídas da conferência de Antero sobre as *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Para Sérgio, as ideias «ainda hoje reeditáveis» de Antero são a introdução em Portugal do «espírito da idade moderna» ou da Europa «civilizada», isto é, o espírito de trabalho e de indústria, sobretudo a indústria agrícola; a «*iniciativa do trabalho livre*» e a «*indústria do povo*», organizada duma «maneira sólida e equitativa», mas liberta da direcção e protecção do Estado, bem como da «anarquia cega da concorrência»; o que, por seu turno, equivaleria a uma gradual «transição para o mundo industrial do socialismo» ou «Revolução», entendida como paz, ordem fundada na «verdadeira liberdade», e que, longe «de apelar para a insurreição, pretende prevenida, torná-la impossível». Citado o mestre preferido, Sérgio conclui: «Tal era.... o seu generoso pensamento, essencialmente construtivo: Trabalho, Ciência, Revolução; mas trabalho de libertação e de justiça; mas pacífica revolução que regenerasse as nossas almas. E para isto, senhores, *iniciativa privada e espírito moderno?!*»⁽¹⁵⁾.

Sérgio não desenvolveu nesta fase o tema da reforma pedagógica, ao qual futuramente se iria dedicar com denodo. Porém, em artigo de Janeiro de 1914, já esboça algumas das linhas-mestras que ressurgiriam em textos posteriores. Após considerar que em matéria pedagógica era da Alemanha que devia vir o exemplo, propõe que um dos «fins essenciais» das «boas escolas» fosse a preparação das crianças para produzir, «com o seu trabalho *não-protegido*, os objectos a cuja produção é mais própria a região especial de Portugal em que as crianças são educadas»⁽¹⁶⁾. Verifica-se assim na concepção sergiana um paralelismo entre o trabalho industrial e o trabalho escolar, no sentido em que propugna a autonomia de ambos perante o «proteccionismo». Na realidade, irá ser sua preocupação permanente conceber a escola como local de reprodução e aprendizagem da «vida social adulta», ou seja, inculcar os valores da boa convivência colectiva, estimular o trabalho e o esforço individuais, exercitar nos mecanis-

⁽¹⁴⁾ *Idem*, «Carta a José Fagundes, Poeta lírico, sobre o Bacharel e suas causas», *A Vida Portuguesa*, n.º 12, 17/IV/1913.

⁽¹⁵⁾ *Idem*, *O Problema da Cultura...*, *ob. cit.*, pp. 40-42.

⁽¹⁶⁾ *Idem*, «O Livre-Cambio», (I), *A Vida Portuguesa*, n.º 21, 15/I/1914.

mos políticos liberais e, finalmente, criar reformadores «pela acção»⁽¹⁷⁾.

Se o modelo pedagógico devia vir da Alemanha, a «orientação económica e política» devia ser de origem britânica. É ao exemplo deste país que recorre para sustentar a defesa do livre-câmbio, que aliás também filia no conceito anterior de indústria não protegida⁽¹⁸⁾. Ao insurgir-se contra os direitos alfandegários proteccionistas, nomeadamente a lei cerealífera de 1889, o mesmo Sérgio que advogava a «regeneração» pela actividade «industrial» (sobretudo a agricultura), e que mais tarde propugnaria a «política de fixação» contra o empolamento das actividades mercantis, tomava posição pela burguesia comercial e pelas classes desfavorecidas⁽¹⁹⁾, obviamente em detrimento dos interesses imediatos do sector produtivo fundiário. Este tipo de atitude, que se repetiria amiúde, pode causar alguma perplexidade, mas não se confina a mera incoerência. Sérgio, tal como um Croce na Itália, nunca aceitou ser «homem de partido», e, de facto, não era porta-voz de qualquer fracção da burguesia portuguesa. A todas investiu, nenhuma escapou à sua crítica acerada. Porém, num outro sentido, filiado na asserção de que o seu criticismo não punha em questão o poder global daqueles que na revista *Pela Grei* designaria por «dirigentes naturais» (classes proprietárias), figura inevitavelmente como ideólogo *independent e*, ou seja, prioritariamente ligado aos interesses gerais e de longo prazo do modelo de sociedade vigente.

2.2 — A polémica com o «saudosismo»

Logo após a fundação da associação portuense, Raul Proença redigiu um manifesto que, nas suas palavras, «tendo sido aprovado por todos, consubstancia bem o pensar dos fundadores da Renascença». Reconhecendo que os problemas do país eram variadíssimos, pretendia o manifesto actualizar Portugal perante e pelo mundo moderno, sem perder de vista os condicionalismos e os fins nacionais⁽²⁰⁾. Algumas décadas

⁽¹⁷⁾ *Idem*, «O Self-Government e a Escola», *A Águia*, n.º 31, Julho de 1914.

⁽¹⁸⁾ *Idem*, «O Livre-Câmbio», (I), *art. cit.*

⁽¹⁹⁾ Em apoio da sua opção, Sérgio cita inclusivé uma entrevista que o director da Associação Comercial de Lisboa concedera ao jornal *Rebate*. Por outro lado, salienta que os direitos protectores «põem em duras dificuldades a grandíssima maioria da nação». *Idem, ibidem.*

⁽²⁰⁾ Raul Proença, carta ao Dr. Júlio de Matos; cit. por F. Piteira Santos, *Raul Proença e a Alma Nacional*, Lisboa, Europa-América, 1979, p. 238.

depois, Cortesão recordaria as divergências essenciais que existiam no seio do grupo inicial: «Como se vê, as ideias directrices deste manifesto, essencialmente voltadas para a necessidade de actualizar a vida portuguesa, enquadrando-as nas correntes contemporâneas do mundo civilizado — esforço no sentido dum ressurgimento por adaptação ao exterior — nada ou muito pouco tinham com o saudosismo, que buscava um renascimento pelo regresso à *própria realidade essencial* da grei, pela exaltação da *alma portuguesa*, do *espírito da raça*, prestes a reacender-se e a tornar-se num facho civilizador para os demais povos, como o próprio Teixeira de Pascoais anunciava nos primeiros números de *A Águia*» (21). Com efeito, a heterogeneidade intelectual e política dos elementos que compunham a «Renascença» levou desde logo a profundas divergências. *Grosso modo*, estas cristalizaram-se em duas grandes tendências: a de orientação cosmopolita, modernista e racionalista, defendida por Sérgio, Proença e ainda por Câmara Reis; a tendência saudosista, de teor nacionalista, tradicionalista e místico, representada por Pascoais, Álvaro Pinto, Augusto Casimiro, Cortesão e outros. Observe-se que Cortesão mantinha uma certa abertura em relação às ideias de Sérgio, abertura condicente com a vigorosa campanha que dirigiu em prol da democratização cultural, nomeadamente através das Universidades populares. Havia ainda algumas personalidades, tais como Afonso Lopes Vieira e António Correia de Oliveira, que, apesar de mais próximos da segunda tendência, se distanciavam das teses saudosistas.

Regra geral, o assunto das polémicas entre ambas as correntes era a história de Portugal. Cada uma delas procurava legitimar uma prática ideológico-política actual com os acontecimentos e individualidades relevantes do passado nacional. Ora, se recordarmos o posicionamento de Sérgio, acima referido, perante a conjuntura dos primeiros anos da República, nada surpreenderá que se opusesse ao saudosismo. Preocupando-se prioritariamente com a reforma urgente e «construtiva» das instituições e práticas sociais, no sentido de uma modernização inspirada por, e à imagem de, a Europa desenvolvida, a exaltação mística, tradicionalista e isolacionista dos arautos saudosistas só podia causar-lhe aversão. Assim, considerava que «saudosismo, génio da Raça, dosagem do sangue ariano(?) e sangue semita, de espiritualismo e paganismo» era pura «fumarada», ou, ainda, «uma ideia artifi-

(21)
Porto, 1960.

Jaime Cortesão, prefácio a *O Infante de Sagres*, 4.^a ed.,

ciai e convencional da literatura», perfilhada por «uma minoria de literatos» (22). Causando viva indignação nos seus opositores, não hesitou sequer em integrá-los numa tradição cultural de que também faria parte a Inquisição.

Em resposta ao criticismo sergiano, o médico Jaime Cortesão chegou a diagnosticar que o espírito de Sérgio «está actualmente turbado por uma terrível doença — um pessimismo de origem afectiva. Só assim se explicam certos exageros de apreciação e a negra cor com que tudo vê através dos seus óculos escuros de erudito e pessimista» (23). Pascoais, por seu turno, apesar da delicadeza que se lhe reconhecia, aproximava Sérgio dos indivíduos que não atingiam a «expressão espiritual e eterna» da vida, e que, crendo que «o Mundo é só feito de pedra», ficam para «todo o sempre, empedernidos». Ademais, num trecho em que se reclama do «Isolamento» de Viriato, que identifica à «cultura do Povo firmada nas suas qualidades ráticas», torna-se ainda mais contundente: «Sim, Viriato é o isolamento e os seus assassinos.... são esses homens mascarados de romanos, espanhóis e agora de franceses» (24).

As teses historiográficas de Sérgio foram expostas em vários artigos, publicados em 1912 e 1913 em *A Águia*, e *A Vida Portuguesa* e, sobretudo, na sua conferência sobre *O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares*, pronunciada no Rio de Janeiro em Julho de 1913, a convite da secção local da «Renascença» e por esta editada em 1914. Estes textos, nos quais o autor aborda o tema da «decadência», inseriam-se na atmosfera intensamente reformista que na altura se vivia em certos meios intelectuais do país, de que o livro de Ezequiel de Campos *A Conservação da Riqueza Nacional* (1913) é a mais significativa expressão.

Na «Advertência» à edição de *O Problema da Cultura*, advertência datada de Dezembro de 1913, confessa Sérgio o seu empenhamento numa campanha cultural cosmopolita, essencialmente económico-social, pela educação dinâmica e pela revolução construtiva, baseada no trabalho e na organização social do trabalho. O seu empenhamento na educação justifica-o ele pelo facto de não serem os governos que fazem a grandeza dos povos, mas antes os povos educados que fazem

(22) A. Sérgio, «Golpes de malho em ferro frio», *A Vida Portuguesa*, n.º 16, 2/VIII/1913; «Epístolas aos Saudosistas», *A Águia*, n.º 22, Outubro de 1913.

(23) Editorial, não assinado, «Elogio Mútuo», *A Vida Portuguesa*, n.º 16, 2/VIII/1913.

(24) Teixeira de Pascoais, «Resposta a Sérgio», *A Águia*, n.º 26, Fevereiro de 1914.

a excelência dos governos. O seu «escopo» é, pois, a cultura do povo português, e é nesse escopo que se inserem a conferência do Rio e os artigos mencionados.

Para Sérgio, as causas da decadência nacional foram a «conquista» e o «isolamento», — tese parcialmente diferente das interpretações de Antero e de Oliveira Martins. Argumenta que a conquista foi a causa das causas, visto que, «o predomínio das tendências guerreiras foi, desde o princípio, a condição de existência das nações peninsulares», pelos imperativos da reconquista aos mouros. Consumada esta, «Ceuta é a continuação de Covadonga, Goa e Ormuz a continuação de Ceuta, e o Brasil, finalmente, a continuação de Ormuz e Goa»⁽²⁵⁾:

a) A conquista ou orientação guerreira consistiu no domínio da Cavalaria e no abandono do trabalho criador, responsável pelo atraso económico e pela formação de um temperamento romântico. Decerto que se «caçaram» homens e tesouros, mas tesouros que outros, com trabalho produtivo, depois nos apanharam. Sérgio identifica a orientação guerreira ao «parasitismo», desde as formas do passado (escravatura, saque, matança de judeus, Inquisição, processos coloniais, mendigagem dos conventos e do Estado) às formas actuais do emprego público e do protecçãoismo estatal, acima mencionados. Em sua opinião, o parasitismo estatista ou absolutismo só podia ser combatido pela resistência dos homens empreendedores e independentes, em especial os aristocratas de «sangue» e «domínio forte», ou então uma classe média de burgueses industriais e comerciantes. Ora, em Portugal, as forças resistentes haviam faltado.

b) O «isolamento» ou «purificação», segunda causa da decadência, considerava-a o «aspecto intelectual» da «estrutura social» produzida pela primeira causa. Sérgio retoma de Herculano e de Antero a ideia de que a tradição cultural e as mudanças intelectuais de determinado povo se inserem, respectivamente, na tradição da cultura e no exemplo de outros povos. Mas em Portugal raramente fora respeitado tal princípio. Após D. João I e o Infante D. Henrique, a «árvore humanista e europeia» acabou por ser destruída, pelo rei, pela Inquisição e pelos jesuítas. Momentos houve em que «um sacrílego surrateiro se insinuou nos Pirinéus», — momentos «em que sinais de vida lucilaram na nossa álgida catacumba». Mas a cada surto de estrangeirismo («nos tempos de Sá de Miranda e dos Gouveias, de Damião de Góis e Pedro Nunes; D. Luís

C²⁵) A. Sérgio, «Golpes de malho...», *art. cit.*

da Cunha e o Marquês; Herculano e Garrett») sucedeu-se a «purificação natural, espontânea, por inércia hereditária» (26).

A importância dos textos mencionados no itinerário intelectual do autor reside no facto de eles representarem uma mudança de problemáticas — das literárias e filosóficas para as predominantemente históricas, pedagógicas e económicas; serem o início de um longo processo interpretativo da história de Portugal, à luz de uma nova abordagem sociológica, em que se entrelaçam factores espirituais e materiais (27). Através do reconhecimento das condições económicas e sociais, entretanto processado por Oliveira Martins, Basílio Teles, Alberto Sampaio e, mais contemporaneamente, por Ezequiel de Campos, Sérgio era impelido para uma historiografia materialista. Através da confiança, de raiz proudhonista-antieriana, numa revolução antes de tudo pedagógica e movida por uma elite espiritual, comprometia-se com um racionalismo idealista. Não cabe aqui discorrer sobre este tema, que apesar de tudo se afasta do nosso objecto, mas arriscamos a opinião de que ele não só não encerra incoerência no pensamento de Sérgio como inclusivé confere originalidade a esse pensamento, pelo menos entre nós.

2.3— *A sociedade liberal e a sua crise: as duas faces do pensamento de Sérgio*

Nas décadas de 1880 e 1890, bem como nos anos que se seguiram ao desencadeamento da 1.ª Guerra mundial, a Europa conheceu crises profundas e estruturais, embora com incidências e modalidades diversas, consoante os países. A formação social portuguesa, cuja incorporação e sincronização relativas perante o mundo capitalista da época é hoje um facto reconhecido, não escapou àquela vaga de fundo.

A partir de 1890 instaurou-se no velho Continente um clima intelectual de intensa contestação da sociedade e do Estado liberais, clima que perduraria *grosso modo* até ao segundo pós-Guerra. Ao lado do marxismo, mas em oposição a este, surgiram novas componentes contestatárias, desde os ideólogos que Pierre de Rosanvallon designa por «destruidores de iusões» (Sorel, Ostrogorski, Robert Michels, etc.) ao

(26) *Idem*, «Variações do amigo Banana...», *art. dt.*

(27) Sobre este tema, ver Victor de Sá, *A historiografia sociológica de António Sérgio*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

«Renascença Portuguesa»

fascismo propriamente dito, passando pela visão menos radical de um Max Weber.

A ideologia política de António Sérgio apresenta entre nós alguma originalidade. No plano da filosofia política, é uma das raras expressões articuladas que resiste à «desagregação da razão» e a todas as manifestações do nacionalismo místico. Neste sentido, demarca-se claramente das ideologias precursoras do fascismo, que brotaram da crise *fin-de-siècle*. Ao mesmo tempo, porém, algumas das suas formulações fazem inseri-lo no novo clima europeu de contestação.

2.3.1 — *Um racionalismo humanista e progressivo*

Como se sabe, o darwinismo foi um dos discursos científicos que mais contribuiu para o nacionalismo anti-liberal da segunda metade do século XIX, bem como para as teorias do imperialismo e do racismo modernos, as quais teriam um papel decisivo na génese e no desenvolvimento do movimento fascista. A enorme influência do darwinismo é observável no interesse que a geração contestatária da década de 1890 votou ao estudo da psicologia e à descoberta do inconsciente. A nova psicologia social e política rejeitava a ideia segundo a qual o comportamento humano é determinado pela opção racional; à razão opunha o sentimento e a sensação, enquanto factores primordiais da questão política, e, ao mesmo tempo, cultivava o desprezo pela democracia e pelas suas instituições. Sob o impacto do darwinismo social, o próprio positivismo passou a colocar a ênfase nas noções de hereditariedade, raça, ambiente, etc. ⁽²⁸⁾. O contributo do darwinismo social radica no facto de conceber a condição humana em termos de uma luta sem tréguas, cuja solução natural é a sobrevivência do mais forte. Apagava-se assim a distinção entre a vida física e a vida social, e, simultaneamente, destituía-se a personalidade humana da sua dignidade sacramental.

As noções de nacionalismo, império, sentimento, raça, hereditariedade, ambiente natural, etc., estavam ao virar do século amplamente disseminadas na mitologia e na ideologia portuguesas, inclusivamente nas hostes liberais do partido Republicano e em pensadores como Oliveira Martins ⁽²⁹⁾.

⁽²⁸⁾ Ver Zeev Sternhell, *Fascist Ideology*, in «Fascism», Pelican Books, 1979, p. 335.

⁽²⁹⁾ Em Martins, de forma parcial e mitigada. Ver Antonio José Saraiva, *Para a História da Cultura em Portugal*, vol. I, Lisboa, Bertrand, 1980, pp. 199-239.

Ora, desde a sua primeira obra filosófica que Sérgio repudia algumas daquelas noções.

Nas *Notas* anteriores, com efeito, apoia-se em Antero e em autores estrangeiros (Milne Edwards, Guyau) para combater as ideias derivadas de Darwin. «Há pois aqui — argumenta — *selecção natural*, devida a diferenças de situação; chamar-lhe *luta pela vida* é um excesso de metáfora e de imaginação sanguinária que nada justifica, e tem a desvantagem de poder arrastar a grandes fantasias de generalização absurda». Adiante acrescenta: «não percamos de vista que sobrevivência do «mais apto» quer dizer simplesmente: *sobrevivência do que sobrevive*, pois não há em geral mais aptos, mas sim mais aptos *para certas circunstâncias*, e que noutras quaisquer seriam destruídos»⁽³⁰⁾. Para Guyau-Sérgio, o «sentimento social» resulta da estrutura do indivíduo, e a «*intensidade individual*», que condiciona a vida social, confere a esta «uma origem de expansão, de generosidade, de sociabilidade». Somente a hostilidade do meio, as «circunstâncias más», provocam o egoísmo, que é contrário à essência da vida⁽³¹⁾. Seguindo a sugestão de Milne Edwards, Sérgio compara a sociedade a um organismo, cuja «superioridade vital» não decorre da divisão do trabalho e da especialização das funções, mas sim da «unidade» e da «convergência» que aquelas funções apresentam. Pelo que, «em vez da glorificação da luta, a moral da solidariedade e da *associação pela vida*»⁽³²⁾. Também em nome da solidariedade se oporia ao princípio da luta de classes.

As *Notas* anteriores integram ainda uma crítica à ideologia racial. Ao estabelecer uma distinção, retomada de V. Houssey, entre «superioridade biológica» e «prosperidade de uma espécie», — a qual, em seu entender, resulta da habilidade dos indivíduos no «abastamento das subsistências destinadas às épocas de inóxia, explorando animais domésticos, construindo abrigos engenhosos, etc.» —, Sérgio atingia indirectamente aqueles que faziam depender o progresso dos povos exclusivamente das virtudes ráticas dos seus elementos⁽³³⁾. Em 1913 refinou este ponto de vista, numa «carta» a Cortesão, na qual, sob sugestões de Ratzel, Edmond Desmolins e Rudolf Schultze, defende que a especificidade dos povos depende mais dos seus aspectos educativos, económicos e sociais que das suas

⁽³⁰⁾ A. Sérgio, *Notas sobre os «Sonetos» e as «Tendências Gerais da Filosofia» de Antero de Quental*, Livraria Ferreira, 1909, pp. 71-72

⁽³¹⁾ *Idem, ibidem*, pp. 75-76.

⁽³²⁾ *Idem, ibidem*, pp. 73-74.

⁽³³⁾ *Idem, ibidem*, pp. 82-83.

características hereditárias, ráticas e «nacionais»⁽³⁴⁾. Contra os pregadores portugueses da «identificação com a Raça», e que adoptavam como método o estudo do povo (lendas, tradições, contos, etc.), argumenta em 1912 que eles mais não faziam que inserir-se numa corrente universal e que no íntimo do nacional acabariam sempre por encontrar a «cultura humana»⁽³⁵⁾.

Estes últimos trechos são parte da polémica que travou com o saudosismo renascentista. Polémica em que o repúdio do nacionalismo e do etnocentrismo coexiste com a denúncia do culto do passado; a condenação do culto dos heróis e dos messias; a oposição a certos aspectos do colonialismo ou do colonialismo *tout court*: «quando nos convenceremos de que «o Brasil está em casa», no trabalho fecundo das profissões usuais»⁽³⁶⁾. Poucos anos decorridos, em plena Guerra mundial, voltaria a exprimir este filão do seu pensamento, ao fustigar o «patriotismo agressivo e místico» das nações, — que imputa ao «espectrismo» (cultos do passado, da raça e da autoridade) —, bem como ao propor, na hora das «paixões nacionais» e da «guerra fraticida», o «Humanismo integral — o génio do espírito criador e livre, movimento indefinido para o ideal humano *contra todos os espectrismos!*»⁽³⁷⁾. É em nome da razão individual, do humanismo universalista, do progresso espiritual e material que censura quer o desvario saudosista, quer o belicismo de 1914-1918, quer, mais tarde, variadas manifestações da «desagregação da razão», nacionais ou estrangeiras. Em breve, comporta-se como autêntico liberal na filosofia política, tal como no pensamento económico e social. Este núcleo ideológico, duramente posto à prova nos primeiros anos vinte, acabaria por resistir tenazmente. Ele permitiu-lhe descortinar o carácter retrógrado, em matéria social e política, de todas as filosofias anti-intelectualistas, bem como esquivar-se à tentação totalitária.

Posto isto, há que reconhecer que o racionalismo humanista coexiste em Sérgio com segmentos que relevam de um liberalismo «rendido». Não raro lhe sucede, de permeio com o repúdio de ingredientes ideológicos de que os fascismos viriam a beneficiar, produzir sentidos de efeito oposto.

⁽³⁴⁾ *Idem*, «O Parasitismo Peninsular», *A Vida Portuguesa*, n.º 20, I/XII/1913.

⁽³⁵⁾ *Idem*, «Variações do amigo Banana...», *art. cit.*

⁽³⁶⁾ *Idem*, «Golpes de malho...», *art. cit.*

⁽³⁷⁾ *Idem*, «Aditamento aos Espectros», *A Águia*, n.º 71-72, Nov.-Dez. de 1917.

2.3.2 — Um liberalismo «rendido»

O racionalismo idealista de Sérgio liga-se, de acordo com a herança proudhonista-anteriana, à concepção de uma revolução antes de tudo moral e pedagógica, necessariamente inspirada e dirigida por um escol mental. Para Antero-Sérgio, «os escritos e os escritores, as artes e os artistas é que fazem a corrupção ou a grandeza das épocas»⁽³⁸⁾. Acontece, porém, que a noção de elite vai gradualmente precisar-se e invadir todo o horizonte da sua problemática política e social. Tal evolução não é muito sensível na fase que aqui nos ocupa. Em 1913, Sérgio ainda se limita, por exemplo, a apoiar a ideia de Gabriel Tarde, segundo a qual a renovação profunda do povo começa pela importação, através das elites, dos exemplos estrangeiros⁽³⁹⁾. Mas em 1915, em *Considerações Histórico-Pedagógicas*., atribui, na esteira de Léon Poincard, as funções de elite ao «grande proprietário», ao qual caberia um papel de direcção e exemplo junto do campesinato. Em 1918-1919, em artigos da revista *Pela Grei*, subordinaria o conceito de classe social ao de elite social; transportaria o elitismo à esfera do Estado, quer ao preconizar que uma «élite activa» injectasse competência nas «reclamações da opinião pública», quer ao propor a reforma do político com os técnicos competentes, quer ao definir a democracia como o «regime que reclama da elite o máximo esforço social»⁽⁴⁰⁾.

Como notou Lobo Vilela, o elitismo sergiano (ele diz: o «aristocratismo seareiro») é temperado de «realismo crítico», de «sentido do equilíbrio e da medida», coabita com o princípio da soberania popular⁽⁴¹⁾. Trata-se, pois, de um elitismo liberal. Todavia, conceber a democracia em termos de um jogo de elites inspira inevitavelmente um descrédito em relação às instituições e aos mecanismos da soberania popular. Para mais, a inferioridade das massas e o «governo das elites» tendem a ser assumidos como prescrições naturais e universais, ainda que se postule a abertura e a «circulação» das elites. Nada indica, no pensamento de Sérgio, que tal desvalorização da democracia política seja posta em causa pelo modernismo progressivo que perfilhava, incluindo a campanha em prol da reforma pedagógica e de uma vaga democra-

⁽³⁸⁾ *Idem*, *Notas sobre os «Sonetos»*, p. 14.

⁽³⁹⁾ *Idem*, *O Problema da Cultura...*, *ob. cit.*, nt. 6.

⁽⁴⁰⁾ *Idem*, «A função do político e a política nacional», *Pela Grei*, n.º 7, 20/V/1919.

⁽⁴¹⁾ A. Lobo Vilela, «A política da Seara Nova», *Seara Nova*, n.º 1000, 26/X/1946.

cia económica ⁽⁴²⁾. Se o futuro autor dos *Ensaio*s afirmou, em 1915, que «Não cumpre à verdadeira elite adorar a tradição de hoje nem a de ontem, mas criar a tradição de amanhã», não é menos verdade que fez preceder essa afirmação do seguinte esclarecimento: «As massas recebem e conservam, as elites dão e modificam; aquelas são femininas e estas masculinas; o vulgo é conduzido e os inventores conduzem» ⁽⁴³⁾.

Além do elitismo, as *Notas* anteriores inserem outros germes, cujo desenvolvimento futuro releva da «rendição» do liberalismo. Sérgio não perfilhava uma ética radicalmente anti-individualista, e tão-pouco se opôs à teoria dos direitos do homem. No entanto, também estava longe de abraçar a ideia segundo a qual a sociedade é uma soma de indivíduos-átomos. Em sua opinião, «O indivíduo superior deve considerar-se como uma sociedade, pelo concurso e simpatia das partes que o constituem. É a recíproca, verdadeira também, da outra fórmula: a sociedade é um organismo» ⁽⁴⁴⁾. O eixo central do conceito sergiano de moral social é o «altruísmo» ou «solidariedade», fundado na unidade e convergência das funções sociais, ou numa essência natural da vida. Decerto que tal concepção não o levaria a definir a liberdade como «a liberdade do Estado e do indivíduo no Estado» (Mussolini). Porém, em plena conjuntura da intervenção de Portugal na Guerra, que correspondeu a um sério e decisivo agravamento da crise do liberalismo português, aqueles germes organicistas conheceriam alguns desenvolvimentos. Por exemplo, o editorial do primeiro número da revista *Pela Grei* (1918-1919), dirigida por Sérgio, exprime importantes segmentos de uma «ideologia da comunidade», a que não falta a denúncia do elemento desregulador, e até um mitigado apelo ao combate contra «todos os sentimentos e ações que traem o interesse da comunidade». Em artigo para a mesma revista, Sérgio declara-se velho defensor da «representação profissional», numa alusão directa ao Senado corporativo sidonista, do qual somente recorda por duvidar da sua representatividade e do seu apartidarismo. A defesa da coexistência do parlamento político e do parlamento profissional ressurgiria repetidamente nos seus escritos do primeiro ciclo «seareiro» (1921-26).

Como o próprio Sérgio mostraria, em 1923, a solução corporativa tinha raízes na tradição nacional oitocentista,

⁽⁴²⁾ Recorde-se que as nossas «incursões» não ultrapassam 1926.

⁽⁴³⁾ A. Sérgio, «Divagações a propósito dum livro», *A Águia*, n.º 39, Março de 1915.

⁽⁴⁴⁾ *Idem*, *Notas sobre os «Sonetos»*, pp. 73-74.

designadamente Oliveira Martins, um dos pensadores que o influenciou no domínio da ideologia política e social. Também não é impossível que a observação de Lobo Vilela, — segundo a qual «a ideia de uma Câmara corporativa [propagandeada pelo Integralismo Lusitano] encontrou acolhimento nos arraiais republicanos em consequência do descrédito dos políticos»⁽⁴⁵⁾ —, se aplique por igual a Sérgio. Tanto mais que este, afinal, levou a certos extremos a denúncia dos políticos e dos partidos, apesar de nunca ter advogado o partido único.

Em artigos publicados em princípios de 1914, portanto na fronteira da fase que aqui nos ocupa, nota-se como o anseio de reformas para o «ressurgimento» nacional o conduz a contestar radicalmente o político e a política. Assim, considera que a protecção aduaneira é «um despotismo político, exercido pela força da política, sustentado pela mentira da política»⁽⁴⁶⁾. A «política» a que alude assume as figuras concretas dos partidos e dos dirigentes políticos, cuja incompetência ou desonestidade pontuais transforma numa crítica assaz generalizada, ao afirmar que «as politiquices dos partidos são tretas», e que «os políticos são parasitas da pior espécie»⁽⁴⁷⁾. Terá sido ainda o anseio de ressurgimento, ligado à profunda perturbação do sistema político português do primeiro pós-Guerra, que o levaria a invocar Basílio Teles, em 1923, em apoio de um projecto de «ditadura temporária».

Concluindo, o racionalismo idealista de Sérgio desdobra-se em duas vertentes políticas distintas, se bem que interligadas. Por um lado, um liberalismo progressivo e optimista (ou, como diz V. de Magalhães-Vilhena, próprio da fase ascendente da burguesia); por outro, um liberalismo manifestamente defensivo, correlacionado com as novas tendências elitistas, selectivo-burocráticas e neo-corporativas que amadureceram com a entrada no século XX. Tal duplicidade tem correspondência ao nível da ideologia operativa e da intervenção política⁽⁴⁸⁾. Não cabe aqui, dado o limite cronológico do objecto, determinar o papel efectivo que a ideologia e a intervenção política de Sérgio desempenhou no quadro das per-

⁽⁴⁵⁾ A. Lobo Vilela, *art. cit.*

⁽⁴⁶⁾ A. Sérgio, «O Livre-Câmbio» (II), *A Vida Portuguesa*, n.º 22, 10/11/1914.

⁽⁴⁷⁾ *Idem, ibidem*, (I), *art. cit.*

⁽⁴⁸⁾ Basta recordar a breve aliança da *Seara Nova* com o Integralismo Lusitano, em 1923, bem como o rompimento com este grupo e a entrada de Sérgio para o governo de Álvaro de Castro.

:Renascença Portuguesa:

turbações que levaram à queda da 1.^a República. Por ora, intenta-se apenas alertar para a extrema complexidade de um dos discursos mais articulados do liberalismo português do tempo, bem como para a necessidade de abordar esse discurso com maior distanciamento e rigor.